



HDI Seguros do Brasil S.A.

CNPJ nº 49.786.401/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do semestre findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. A HDI Seguros do Brasil faz parte do Grupo HDI, aqui representado pelas seguradoras HDI Seguros, Yelum Seguradora, Indiana Seguros, Santander Auto e HDI Seguros do Brasil (inicialmente denominada Somo Consumer Seguradora), uma empresa do grupo alemão Talanx e seu acionista direto é a empresa HDI Seguros S.A. Atuando no Brasil há mais de 40 anos, o grupo tem forte atuação nos seguros de automóveis, residenciais e empresariais, e busca constantemente atender às necessidades dos consumidores ao mesmo tempo em que diversifica os ramos em que opera. O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador na Alemanha e um dos maiores da Europa. Com sede em Hannover, atua em mais de 175 países e conta com aproximadamente 24 mil colaboradores em todo o mundo. Em conformidade com a Carta Homologatória Eletrônica nº 21/2024/DIORE/SUSEP recebida em 06 de janeiro de 2025, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu a aprovação prévia para a incorporação da HDI Seguros do Brasil

S.A. pela HDI Seguros S.A., conforme solicitado no processo nº 15414.647608/2024-93. A incorporação, que será efetivada em 1º de março de 2025, representa um marco significativo na consolidação das operações da HDI Seguros S.A., promovendo maior eficiência operacional e alinhamento estratégico. Esse processo envolve a transferência integral do patrimônio da HDI Seguros do Brasil S.A. para a HDI Seguros S.A., garantindo continuidade operacional e cumprimento das exigências regulatórias. **Resultados e evolução patrimonial:** No exercício de 2024, a HDI Seguros do Brasil registrou o total de R\$ 344,3 milhões de prêmios emitidos e lucro líquido de R\$ 50,7 milhões. Para sustentar esta operação, a companhia conta com ativos de R\$ 1,3 bilhão e reservas de R\$ 682,2 milhões. Todos esses resultados foram fruto de estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua de processos e avanços digitais que tornaram os produtos ainda mais competitivos no mercado. **Declaração sobre capacidade financeira:** A Companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais.

Governança corporativa: Seguindo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (compliance). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de compliance e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSP e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação. São Paulo, 17 de fevereiro de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		462.158	1.497.291	CIRCULANTE		450.862	1.665.096
Disponível		1.657	1.552	Contas a pagar	13	25.346	97.894
Caixa e bancos		1.657	1.552	Obrigações a pagar		20.984	42.684
Aplicações	5	251.507	556.653	Impostos e encargos sociais a recolher		1.359	40.579
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	70.662	550.624	Encargos trabalhistas		—	9.789
Prêmios a receber	6b	29.468	544.231	Impostos e contribuições		854	4.842
Operações com seguradoras		6	6	Outras contas a pagar		2.149	—
Operações com resseguradoras		41.188	6.387	Débitos de operações com seguros e resseguros	14	19.795	137.811
Outros créditos operacionais	8.747	21.279	18.478	Prêmios a restituir		(109)	(5.464)
Ativos de resseguros e retrocessão	7a	14.747	44.112	Operações com seguradoras		—	39
Títulos e créditos a receber	37.834	49.442	49.442	Operações com resseguradoras		19.680	38.161
Títulos e créditos a receber	8.1a	6.011	30.976	Corretores de seguros e resseguros		90	102.195
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	31.823	18.016	Outros débitos operacionais		134	2.880
Outros créditos		—	450	Depósitos de terceiros	15	27.818	9.007
Outros valores e bens	29.903	39.890	39.890	Depósitos de terceiros		27.818	9.007
Bens à venda	9a	21.174	26.631	Provisões técnicas - seguros	16	377.139	1.419.048
Outros valores	9a	8.729	13.259	Danos		241.838	1.276.405
Despesas antecipadas	—	2.323	—	Pessoas		129.045	128.090
Custos de aquisição diferidos	10	47.370	231.416	Vida Individual		6.256	14.553
Seguros		47.370	231.416	Outros débitos	9d	764	1.336
ATIVO NÃO CIRCULANTE		809.132	982.119	Débitos diversos		764	1.336
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		796.127	949.906	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		312.160	356.911
Aplicações	5	628.953	758.156	Contas a pagar	13	529	377
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	79	79	Tributos diferidos		—	377
Prêmios a receber	6b	79	79	Débitos de operações com seguros e resseguros	14	11	15
Ativos de resseguros e retrocessão	7a	29.690	24.140	Corretores de seguros e resseguros		11	15
Títulos e créditos a receber	34.284	42.453	42.453	Provisões técnicas - seguros	16	305.019	348.683
Títulos e créditos a receber	8.1a	1.466	2.333	Danos		154.751	177.605
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	29.031	36.408	Pessoas		148.004	169.594
Depósitos judiciais e fiscais	17c	3.787	3.712	Vida Individual		2.264	1.484
Outros valores e bens	9a	3.291	5.849	Outros débitos	17b	4.082	3.002
Custos de aquisição diferidos	10	99.829	119.229	Provisões judiciais		4.082	3.002
Seguros		99.829	119.229	Débitos diversos	9d	2.519	4.834
IMOBILIZADO	11	2.425	3.391	Débitos diversos		2.519	4.834
Bens móveis		975	1.313	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	465.000	457.403
Outras imobilizações		1.450	2.078	Capital social		465.000	465.000
INTANGÍVEL	12	10.580	28.822	Reservas de lucros		42.514	—
Outros intangíveis		10.580	28.822	Ajuste de avaliação patrimonial		754	566
TOTAL DO ATIVO		1.271.290	2.479.410	Prejuízos acumulados		—	(8.163)
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.271.290	2.479.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

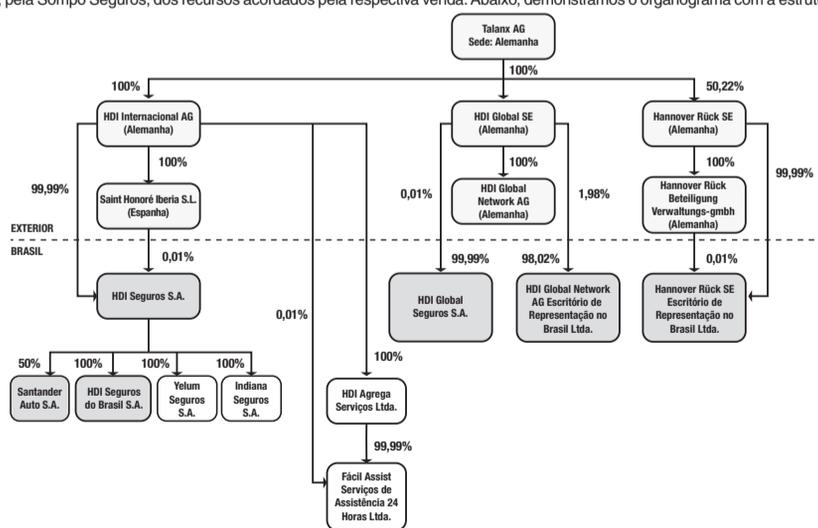
	Reservas de lucros				Lucros/prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes com TVM		
Aporte de capital inicial portaria SUSEP nº 8.107	15.000	—	—	—	—	15.000
Aumento de capital social portaria SUSEP nº 1.426	435.000	—	—	—	—	435.000
Aumento de capital social com incorporação de acervo líquido portaria SUSEP nº 8.169	15.000	—	—	—	—	15.000
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	566	—	566
Cisão excedente	—	—	—	—	2.151	2.151
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	—	(10.314)	(10.314)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	465.000	—	—	566	(8.163)	457.403
Ajuste adoção inicial CPC 48	—	—	—	1	—	1
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	187	—	187
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	50.677	50.677
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	—	2.126	—	—	(2.126)	—
Reserva de retenção de lucros	—	—	40.388	—	(40.388)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024	465.000	2.126	40.388	754	—	508.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é integrante do grupo segurador alemão Talanx, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo. O endereço da sede da Companhia é Avenida das Nações Unidas, 14.261, 21ª a 23ª andar, Ala B, Condomínio WT Morumbi - Brooklin Paulista, São Paulo. Tem por objeto social a exploração de todas as modalidades de seguros de danos e de pessoas em todo território nacional. Sua controladora direta é a HDI International AG e o controlador em última instância é a HDI V.a.G., ambas sediadas em Hannover, Alemanha. A HDI Seguros do Brasil S.A. anteriormente denominada Somo Consumer Seguradora S.A. era uma subsidiária integral da Somo Seguros S.A. ("Somo Seguros"), foi constituída para deter os negócios de produtos massificados da Somo Seguros, com o objetivo de celebrar a venda de ações e outras avenças à HDI Seguros S.A. ("HDI Seguros"). A Companhia foi constituída em 2 de março de 2023, através do registro de aporte inicial de R\$15.000 em espécie pelos acionistas e, obteve a aprovação da SUSEP através da Portaria SUSEP nº 8.107, de 10 de fevereiro de 2023, publicada no DOU em 22 de fevereiro de 2023, para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional. Em 30 de março de 2023, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 450.000. Em 1º de abril de 2023, ocorreu a cisão parcial de ativos e passivos Somo Seguros, vertendo-se a parcela cindida para a Companhia. A Companhia incorporou a parcela cindida ocorrendo a transferência dos seguros de Automóvel, Residência, Pessoas (Vida, incluindo Prestamista), Empresarial com Limite Máximo de Garantia até R\$ 30.000 (trinta milhões de reais), Condomínio e Habitacional (Apólices de Mercado, excluídos os produtos de Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SFH) operados pela Somo Seguros em todo território nacional. A Companhia se tornou a exclusiva responsável pelo cumprimento de todos os direitos e obrigações relativos a estes seguros, incluindo todos os sinistros ocorridos anteriormente a 1 de abril de 2023. A incorporação do acervo de ativos e passivos cindidos foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2023. O laudo de avaliação do acervo líquido apurado por meio de livros contábeis, com base nos valores contábeis de 31 de dezembro de 2022 ("Acervo incorporado inicial"), foi emitido pela empresa Apis Consultoria e Avaliação Ltda. em 31 de março de 2023. Conforme permitido pela legislação aplicável, os valores apurados no laudo de avaliação foram complementados pela variação dos saldos ocorrida entre o período de 31 de dezembro de 2022 e 31 de março de 2023, portanto, apurando-se os valores finais incorporados ("Acervo incorporado final"). O acervo incorporado inicial no valor líquido de R\$15.000 foi registrado como Capital e a variação líquida negativa de R\$ 5.838 foi registrada em conta de patrimônio líquido. Em julho de 2023, após a incorporação foram identificados ajustes patrimoniais positivos no valor de R\$ 7.989, passando a variação líquida ser positiva em R\$ 2.151 registrada em conta de patrimônio líquido, portanto totalizando um acervo incorporado final no montante de R\$17.151. Conforme contrato de compra e venda celebrado em 24 de maio de 2022, após as obtenções das devidas autorizações dos órgãos regulatórios competentes e o cumprimento das condições contratuais, em 24 de agosto de 2023 foi concluída a venda da totalidade das ações de emissão da Companhia para a HDI Seguros, com recebimento, pela Somo Seguros, dos recursos acordados pela respectiva venda. Abaixo, demonstramos o organograma com a estrutura societária da Seguradora:



2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2025. **2.1. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens

reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes; • Ativos para venda mensurados pelo valor justo menos os custos de venda - valor realizável líquido. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se a taxa de câmbio da data da transação. Os respectivos ativos e passivos monetários são atualizados pela variação da taxa de câmbio até a data de liquidação ou reporte. As variações cambiais resultantes são reconhecidas no resultado do período em que surgirem. **2.3. Uso de estimativas e**

Atividades operacionais	2024	2023
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	50.677	(10.314)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	18.869	8.225
Provisão para redução ao valor recuperável	3.520	7.520
Saldo de incorporação - Imobilizado e Intangível	—	(43.025)
Outros ajustes	188	5.653
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	434.348	(1.314.809)
Créditos das operações com seguros e resseguros	479.962	(558.224)
Outros créditos operacionais	12.532	(21.279)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	24.083	(68.252)
Títulos e créditos a receber	16.258	(91.895)
Outros valores e bens	12.545	(45.739)
Despesas antecipadas	2.323	(2.323)
Custos de aquisição diferidos	203.446	(350.645)
Contas a pagar	(72.396)	98.271
Débito das operações com seguros e resseguros	(118.020)	137.826
Depósitos de terceiros	18.811	9.007
Provisões técnicas - seguros	(1.085.573)	1.767.731
Outros Débitos	(1.807)	9.172
Caixa gerado pelas operações	(234)	(463.100)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(234)	(463.100)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	339	(348)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	339	(348)
Atividades de financiamento		
Constituição de capital	—	465.000
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	—	465.000
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	105	1.552
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.552	—
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.657	1.552
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	105	1.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Julgamentos: Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas podem necessitar de revisão se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que se basearam ou em consequência de novas informações ou de maior experiência, sendo que os efeitos desta revisão serão reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo fornecem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e sobre as incertezas relacionadas às estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Notas 3.13 e 3.14 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.2 e 5 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.6 e 12 - Ativo intangível; • Notas 3.7 e 16 - Provisões técnicas; • Notas 3.12 e 17 - Provisões judiciais; • Notas 3.15 e 9 - Arrendamentos; e • Nota 8.2 - Créditos tributários e previdenciários. **2.4. Novas normas e interpretações:** 2.4.1. **Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** **CPC 50 - Contratos de Seguro (IFRS 17):** O Pronunciamento CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações contábeis avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 50 será aplicável quando referendo pela SUSEP. **2.4.2. Novas normas e interpretações adotadas:** a) **Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024:** CPC 48 - Instrumentos Financeiros: O pronunciamento substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotado de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2024. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros e (II) redução ao valor recuperável (*impairment*). **Transição para a CPC 48:** As principais mudanças identificadas pela Companhia em virtude da adoção do CPC 48 estão relacionadas a classificação e mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. (I) **Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros:** O CPC 48 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros. • **Modelo de Negócios:** representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros; • **SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 são: • As categorias de classificação de ativos financeiros mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir. • Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros: • **Custo Amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ativos financeiros classificados anteriormente em empréstimos e recebíveis foram contabilizados nesta categoria;

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS DO BRASIL S.A. (Em milhares de reais)

• **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foi classificada nesta categoria; e • **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os ativos financeiros mantidos para Negociação. • As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações. • A Companhia manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, caso tenham sido designados anteriormente. (II) **Redução ao Valor Recuperável (impairment):** Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil da Companhia para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo. O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios: **Estágio 1** - Perda esperada de crédito para os próximos 12 meses; calcula a perda esperada por eventos de inadimplência para o horizonte dos próximos 12 meses; este estágio é aplicado a todos os ativos financeiros cujas contrapartes não se encontram em inadimplência ou conhecida dificuldade financeira no momento da aquisição do ativo. **Estágio 2 - (Life-long calculation)** Perda de crédito esperada por toda a duração do instrumento financeiro; neste estágio calcula-se a perda esperada para toda a vida do instrumento financeiro. Aplica-se a ativos cujo risco de crédito em comparação com o momento da compra tenha aumentado significativamente. **Estágio 3** - Perda esperada a partir do valor de mercado: Aplicável a ativos cujas contrapartes se encontram na iminência de, ou já estão em inadimplência com o instrumento em específico ou outros instrumentos financeiros. Nesse estágio passa-se a considerar a diferença entre o preço de mercado e seu preço na curva como perda esperada de crédito, desta forma refletindo a deterioração do risco de crédito diretamente a partir de seu preço de mercado, reconhecendo as variações em seu preço de mercado no resultado do ativo. Quando ocorrer do ativo não possuir preço de mercado disponível, considera-se a perda esperada de crédito igual ao total de seu valor na curva, isto é, efetivamente reconhecendo como resultado a perda de 100% do valor do ativo. Um ativo migra de estágio à medida que seu risco de crédito aumenta ou diminui, levando em conta para isso tanto o *rating* do emissor bem como análises qualitativas que indiquem a deterioração das condições de pagamento do emissor. As condições para subida ou descida entre estágios é simétrica, isto é, cessadas as condições que justificaram um *downgrade* de estágio, o ativo é novamente classificado no estágio superior.

Reconciliação do patrimônio líquido entre CPC 38 e CPC 48:

	01/01/2024	
Saldo Inicial de acordo com o CPC 38	Patrimônio líquido	
Modificação de ativos financeiros..... (a)	457.403	1
Total dos ajustes		457.404

(a) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (CPC 38) para perda esperada (CPC 48), considerando informações prospectivas. O CPC 38 era a norma adotada até 31 de dezembro de 2023.

Reconciliação dos ativos financeiros entre CPC 38 e CPC 48

	CPC 38		CPC 48
	01/01/2024		01/01/2024
Ativos financeiros disponíveis para venda	Saldo contábil	Reclassificações	Remensurações
	880.460	(867.990)	—
Certificado de depósito bancário (CDB).....	12.470	—	—
Quotas de fundos de investimento.....	179.040	(179.040)	—
Letras financeiras do tesouro (LFT).....	628.953	(628.953)	—
Letras financeiras (LF).....	59.997	(59.997)	—
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	—	179.040	1
Certificado de depósito bancário (CDB).....	—	—	1
Quotas de fundos de investimento.....	—	179.040	—
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	—	688.950	—
Letras financeiras do tesouro (LFT).....	—	628.953	—
Letras financeiras (LF).....	—	59.997	—
Total de ativos financeiros	880.460	—	1

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "caixa e bancos". **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*). **Modelo de negócios:** representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*. **SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado. **i) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Caso o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, então tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Esses ativos são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. **iv) Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado, referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado, ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **v) Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: *SPPI test*. O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Pré-aviso:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada para um horizonte de observação em adequação às normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas no *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento de risco de crédito das contrapartes etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de dois *tranches* no *rating* (por exemplo, AA+ -> AA -> AA-) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de estágio é feita automaticamente. Uma deterioração ainda não refletida no *rating* do emissor (baseando-se em notícias, eventos macroeconômicos que impliquem na deterioração da capacidade do emissor ou demais informações de mercado em geral) também podem definir, de maneira qualitativa após a análise dos responsáveis pela contabilização dos ativos, a alocação para o estágio inferior. **Estágio 2 para estágio 3:** *Default* ou iminência de *default* da contraparte; baseando-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplência com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *downgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. **vi) Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **vii) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinados exclusivamente ao *hedge* econômico de seus investimentos e operações. Os derivativos são classificados na categoria valor justo por meio do resultado (vide nota 3.2.i). Estas operações são registradas e negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. **3.3 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exige a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar e as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos e adiantamentos de sinistros. **3.4 Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. **3.5 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. É reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos com reparo ou manutenção são

reconhecidos no resultado do período à medida que não incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes vidas úteis estimadas: móveis - 25 anos, móveis, máquinas, utensílios e equipamentos - 10 anos; equipamentos de informática, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 5 anos. **3.6 Ativo intangível:** São classificados como ativo intangível os *softwares* desenvolvidos internamente, licenças de uso de *softwares* de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos hardwares e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. **3.7 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21, da Resolução CNSP nº 432/21 e posteriores alterações, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir: A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos e já emitidos na data-base de cálculo. A PPNG-RVE é calculada pelo método "*pro rata die*" com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o complemento da PPNG-RVE, dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi emitida. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 25 meses e acrescida das informações já conhecidas relativos a riscos já vigentes, mas ainda não emitidos na data-base. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída pela estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros pendentes, brutos de resseguros e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data-base. Os valores provisionados de sinistros são atualizados monetariamente. A Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) é constituída com base em metodologia atuarial para a cobertura de sinistros já ocorridos que a Companhia ainda não tem ciência, considerando a experiência histórica do período transcorrido entre a data de ocorrência do evento coberto e do respectivo aviso à Seguradora, utilizando-se triângulos de *run-off* para o período de 24 trimestres, podendo ainda ser aplicado um fator de agravamento caso a estimativa seja inferior à necessidade de provisionamento do grupo analisado, em função de ainda existir pouco histórico de dados para fins de IBNR. O Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER), é realizado de forma agregada para sinistros ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a liquidação final. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (Desenvolvimento de Sinistros e Bornhuetter - Ferguson (BF)) para estimativa do IBNP - Sinistros Incorridos e Não Pagos. Sobre a parcela estimada dos sinistros administrativos, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas dos pagamentos de sinistros já ocorridos com base nas taxas pré-fixadas de Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização da provisão estimada é realizada através do incremento mensal estimado com base na projeção orçamentária que é projetada com base na expectativa de crescimento em prêmios ou sinistros da Companhia, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas a sinistros já incorridos, considerando as despesas alocáveis (ALAE) e não alocáveis (ULAE). Para o cálculo da PDR Provisão de ULAE, foi adotado o critério de aplicação de percentuais esperados de despesas, obtido a partir do estudo do histórico de despesas observadas da companhia por grupo de ramo, sobre o saldo total de provisões técnicas de sinistros com defasagem. Para estimativa das Despesas Alocáveis (ALAE) e de Sucumbência, é considerada a experiência histórica de ocorrência de sinistros e de pagamentos das correspondentes despesas alocadas ou de sucumbência, para a obtenção da estimativa das despesas ainda não pagas referentes a sinistros já incorridos, baseado nas análises de triângulos de *run-off*, no método de desenvolvimento de despesas avisadas e pagas e metodologia de Bornhuetter - Ferguson (BF). **3.8 Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/2021 e posteriores alterações, a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data base do teste. Os contratos foram agrupados por ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 682/2022, levando-se em conta a homogeneidade de riscos. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia deverá registrar a perda imediatamente na apuração do resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados à data base do cálculo para as opções Pré-Fixada ou IPCA, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/2021. Os fluxos realistas de sinistros a ocorrer foram apurados pela aplicação das premissas de Sinistralidade e Despesas Administrativas, baseadas no histórico contábil observado para cada grupo de contratos e as expectativas de desenvolvimento futuro dos riscos. Os impostos são apurados em consonância com o regime tributário nacional. A projeção dos fluxos realistas até a data de pagamento é realizada de acordo com histórico de pagamentos observados para cada grupo de contratos avaliado. O resultado do TAP de prêmios registrados foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, de sinistros ocorridos já avisados, de sinistros ocorridos não avisados, e dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidas das estimativas das respectivas despesas e recuperações; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL, IBNR e PDR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistros a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas, foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos, tendo por base a série histórica de períodos trimestrais compreendidos nos últimos 24 meses da análise, resultando na sinistralidade global de 59,57% para a Seguradora. O teste de adequação dos passivos realizado para a data base de 31 de dezembro de 2024 não indicou a necessidade de ajuste nas Provisões Técnicas. O resultado do TAP de prêmios não registrados foi apurado pela diferença entre os prêmios futuros estimados correntes dos fluxos de caixa e os sinistros a ocorrer, acrescidos das estimativas das respectivas despesas; deduzida dos custos de aquisição e cancelamento. O Resultado do fluxo de sinistros a ocorrer do TAP está apresentado abaixo:

Registros:	Provisões contabilizadas	Fluxo realista	(Suf) / Def
Grupo de ramo			
Automóvel.....	5.406	2.807	(2.599)
Patrimonial.....	2.086	1.421	(665)
Responsabilidades.....	1.280	474	(806)
Transportes.....	67.532	38.701	(28.831)
Pessoas Coletivo.....	2.989	1.778	(1.211)
Pessoas Individual.....	4.063	1.940	(2.123)
Microseguros.....	2.032	1.591	(441)
Total	85.388	48.712	(36.676)
Não registrados:			
Grupo de ramo	Fluxo de caixa estimado - Consolidado		
Pessoas Coletivo.....		68.293	
Pessoas Individual.....		2.946	
Total		71.239	

3.9 Passivos financeiros: Passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros. **3.10 Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme convenção coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com o tempo de serviço efetivo na Companhia; e (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - plano gerador de benefício livre (PGBL). A Companhia não concede qualquer outro tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remunerar empregados por meio de plano de remuneração baseado em ações. **3.11 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20 por mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão desconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. **3.12 Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo ou quando os acordos são celebrados. **3.13 Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurador, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **3.14 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores. **3.15 Arrendamentos:** De acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16), um contrato é ou contém um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início dos arrendamentos. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia optou pela aplicação da taxa incremental.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia está exposta a diversos tipos de risco, classificados em: risco de seguro ou subscrição; risco financeiro, composto por risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado; e risco operacional. A estratégia de gestão de riscos é orientada pela estratégia de negócios e pela capacidade de absorver riscos, conforme o nível de solvência. Com base na natureza e materialidade de cada risco, adota-se um processo de gestão adequado e monitora-se, de forma integrada, o desempenho e os valores dos negócios. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O mercado de seguros tem se tornado cada vez mais volátil, complexo e competitivo, o que tem levado à evolução das práticas de gestão de riscos, alinhando-as a esse novo cenário. A Companhia acredita que um gerenciamento de riscos abrangente e integrador, que envolva o Conselho, Executivos e Stakeholders, pode proporcionar uma vantagem competitiva. A estratégia de gestão de riscos é derivada da estratégia de negócios e envolve a participação dos diversos níveis organizacionais, conforme as responsabilidades atribuídas a cada cargo, com base em políticas e diretrizes que consideram a complexidade dos produtos, serviços, processos operacionais e sistemas da Companhia. Participam deste processo desde a alta administração até as diversas áreas de negócios que atuam como a primeira linha de defesa na identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento desses riscos. Também integra a estrutura uma área de gestão de riscos, controles internos, atuando na segunda linha de defesa, a qual monitora a exposição da Companhia a riscos. Conforme o Estatuto Social da Companhia e em atendimento à Resolução CNSP nº 416/21, a HDI Seguros do Brasil S.A. utiliza o Comitê de Auditoria instituído por sua controladora HDI Seguros S.A. O objetivo principal do Comitê é fornecer suporte independente à Administração, quanto à sua avaliação do ambiente de controles internos voltados à transparência e integridade das demonstrações financeiras, e ao cumprimento de leis e regulamentos. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras da HDI Seguros S.A. Adicionalmente, o Conselho da Administração se reúne periodicamente com o Presidente e os Vice-Presidentes para acompanhar a implementação da estratégia e fazer correções táticas necessárias. Essas reuniões têm caráter executivo, ou seja, são discutidos os resultados da Companhia e assuntos relevantes para a tomada de decisões, incluindo a Gestão de Riscos, sempre que se fizer necessário alinhar medidas entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Além disso, a Companhia possui Comitês Executivos que auxiliam a Diretoria Executiva na gestão de riscos. **4.1. Gestão de risco de seguro/subscrição:** A Companhia define como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que gera uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia em relação à sua política de subscrição ou a estimativa de suas provisões. O risco de seguro, que inclui o risco de subscrição resulta

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS DO BRASIL S.A. (Em milhares de reais)

principalmente de: • Flutuações na frequência e severidade das indenizações de sinistros em relação às expectativas previstas. • Precificação ou subscrição inadequada de riscos. • Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas. • Provisões técnicas inadequadas. **Estratégia de subscrição:** O elemento-chave da política de subscrição é a avaliação de riscos, que está baseada na definição dos riscos por meio de análise de perfis, históricos das carteiras e outras variáveis. O principal segmento de gestão de riscos de seguros é o de seguros de danos. A estratégia de subscrição visa diversificar, de forma padronizada, as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e o atendimento às necessidades dos clientes. Baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de volatilidade nos resultados e severidade dos sinistros. A Companhia mantém um controle estrito de suas regras de subscrição com intensa utilização de tecnologia para garantir a adequada seleção dos riscos. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento da performance de cada produto bem como possibilita avaliar a eventual necessidade de alterações. A Auditoria Atuarial Independente, que é realizada anualmente conforme determinações da Resolução CNSP nº 432/21 e normas complementares, e o teste de adequação dos passivos, possibilitam averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelo órgão regulador - SUSEP. **Estratégia de resseguro:** Com o objetivo de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, foi definida uma política de resseguro, que é revisada, no mínimo, semestralmente. As diretrizes de resseguro estabelecem os riscos a serem ressegurados (incluindo limites de retenção e aceitação por ramo e produtos), os critérios para escolha das resseguradoras e os parâmetros para distribuição dos resseguros. Os contratos de resseguros firmados contemplam condições proporcionais e não proporcionais, visando reduzir a exposição a riscos isolados e a riscos de natureza catastrófica. Além disso, há a colocação de riscos facultativos para gerenciamento do risco de severidade. É importante destacar que as retenções fixadas nos contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites de retenção calculados em conformidade com a legislação vigente. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. **Prêmios de seguros por região:** A tabela a seguir compreende os prêmios de seguros emitidos e RVNE, líquidos de cancelamentos e restituições por região e grupo de ramos onde a Companhia opera.

	31/12/2024		31/12/2024		31/12/2023									
	Auto-móvel	Habitacional	Patrimonial	Pessoas	Demais Ramos	Total	Total							
Sudeste.....	88.451	76,2%	25.819	79,7%	34.587	56,1%	90.350	56,9%	2.535	47,7%	241.742	64,6%	823.004	58%
Sul.....	19.711	17,0%	369	1,1%	20.402	33,1%	36.679	23,1%	2.080	39,1%	79.241	21,2%	376.940	27%
Nordeste.....	3.255	2,8%	-	0,0%	2.506	4,1%	3.974	2,5%	243	4,6%	9.978	2,7%	58.474	4%
Centro-Oeste.....	4.175	3,6%	2.762	8,5%	3.263	5,3%	24.574	15,5%	356	6,7%	35.129	9,4%	125.832	9%
Norte.....	476	0,4%	3.467	10,7%	914	1,5%	3.340	2,1%	100	1,9%	8.297	2,1%	28.104	2%
Total geral..	116.068	100%	32.417	100%	61.672	100%	158.917	100%	5.314	100%	374.388	100%	1.412.353	100%

Sensibilidade do risco de seguro: A Companhia efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários (otimista e pessimista) com base na sinistralidade histórica. A tabela abaixo apresenta o efeito no resultado líquido de imposto em função da variação de um ponto percentual na sinistralidade na data de levantamento das demonstrações financeiras:

Ramos atuação	31/12/2024		31/12/2024		31/12/2023	
	Prêmio ganho bruto de resseguro	Prêmio ganho líquido de resseguro	Efeito de aumento de 1% na sinistralidade bruto de resseguro	Efeito de aumento de 1% na sinistralidade líquido de resseguro	Prêmio ganho bruto de resseguro	Prêmio ganho líquido de resseguro
Automóvel.....	675.650	671.257	6.757	6.713	329.727	301.997
Patrimonial.....	294.755	282.401	2.948	2.824	4.178	4.146
Transportes.....	1.336	1.336	13	13	24.664	24.667
Responsabilidades.....	24.666	24.668	247	247	180.386	180.857
Pessoas.....	225.995	221.257	2.260	2.213	18.906	19.059
Demais.....	32.654	32.297	327	323	1.507.140	1.476.416
Total.....	1.255.056	1.233.216	12.552	12.333		

4.2. Gestão de risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos no curto prazo, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A gestão dos ativos e passivos permite apontar com antecedência estratégias de investimentos para otimizar o resultado da carteira bem como manter os recursos necessários para honrar as obrigações da Companhia, inclusive indicando novos aportes de capital, se necessário. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros e o período de expiração do risco dos contratos de seguro.

Ativos financeiros e de contratos de seguro	31/12/2024			31/12/2023		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR).....	183.556	-	183.556	544.558	-	544.558
Títulos de renda fixa privados.....	4.515	-	4.515	403	-	403
Quotas de fundos de investimento.....	179.040	-	179.040	544.155	-	544.155
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).....	67.952	628.953	696.905	12.095	758.156	770.251
Títulos de renda fixa privados.....	67.952	-	67.952	61	169	230
Títulos de renda fixa públicos.....	-	628.953	628.953	12.034	757.987	770.021
Créditos das operações com seguros e resseguros.....	70.662	79	70.741	550.624	79	550.703
Prêmios a receber de segurados.....	29.468	79	29.547	544.231	79	544.310
Operações com seguradoras.....	6	-	6	6	-	6
Operações com resseguradoras.....	41.188	-	41.188	6.387	-	6.387
Outros créditos operacionais.....	8.747	-	8.747	21.279	-	21.279
Ativos de resseguro - provisões técnicas.....	14.478	29.690	44.169	44.112	24.140	68.252
Títulos e créditos a receber.....	37.833	34.284	72.118	49.442	42.453	91.895
Outros valores e bens.....	29.903	3.291	33.194	39.890	5.849	45.739
Caixa e equivalentes de caixa.....	1.657	-	1.657	1.552	-	1.552
Total dos ativos financeiros.....	414.788	696.298	1.111.086	1.263.552	830.677	2.094.229
Passivos						
Passivos financeiros.....	72.959	540	73.500	244.712	392	245.104
Contas a pagar.....	25.346	529	25.875	97.894	377	98.271
Débitos das operações com seguros e resseguros.....	19.795	12	19.806	137.811	15	137.826
Depósitos de terceiros.....	27.818	-	27.818	9.007	-	9.007
Provisões técnicas.....	377.138	305.019	682.157	1.419.048	348.683	1.767.731
Outros débitos - provisões judiciais.....	764	4.082	4.846	1.336	3.002	4.338
Débitos diversos.....	-	2.519	2.519	-	4.834	4.834
Total dos passivos financeiros.....	450.862	312.160	763.022	1.665.096	356.911	2.022.007

4.3. Risco de mercado: Risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A Companhia estabelece através de políticas, os limites, processos e uso de ferramentas que viabilizam a gestão do risco de mercado. Os cálculos de risco de mercado são mensurados com base em cenários de stress e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*, assim os resultados obtidos permitem o monitoramento dos impactos desse risco e a sua mitigação. O *VaR* do Portfólio de Investimentos em dezembro de 2024 é de R\$ 0,60 milhão ou 0,07% do total de aplicações para horizonte de tempo de 1 ano e intervalo de confiança de 99%. O resultado do teste de stress, no pior cenário dado pela B3, é de R\$ 6,17 milhões, ou 0,70% do total das aplicações. **Sensibilidade à taxa de juros:** Para análise de sensibilidade verificamos o resultado da carteira com a oscilação da taxa básica do fator de risco em 100 *basis points*, os quais são demonstrados a seguir para posição em 31 de dezembro de 2024:

Posição	Exposição R\$	Cenário	Efeito líquido de impostos em R\$	
			Pré	Após
PRÉ	37.609	elevação de 100 bps	-	(2)
		redução de 100 bps	-	2
Cupom de IPCA	90.868	elevação de 100 bps	-	(1.469)
		redução de 100 bps	-	1.469
Selic	635.955	elevação de 100 bps	-	(18.957)
		redução de 100 bps	-	18.957

Gestão de risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou emissor de um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. No que se refere a ativos financeiros, a Companhia monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições a esse risco não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito dos ativos financeiros são determinados com base no *rating* de crédito do emissor emitido pelas agências avaliadoras de risco, para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada como baixa. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. O ramo de risco decorrido comercializado é de transporte. No caso do risco de crédito junto as resseguradoras, os requisitos legais determinados pela SUSEP são devidamente respeitados, e a política de resseguro considera os participantes de mercado e resseguradoras com alta qualidade de crédito. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 distribuídos por *rating* de crédito obtidos junto a agências renomadas de *rating* (Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's, entre outras). Os ativos classificados na categoria sem *rating* compreendem substancialmente fundos de investimentos de condomínios abertos e valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais. Os ativos classificados na categoria sem *rating* compreendem substancialmente fundos de investimentos de condomínio abertos.

Ativos Financeiros/Rating	31/12/2024		31/12/2023	
	AAA	AA	A Sem rating	Total
Ao valor justo por meio do resultado (VJR).....	8.182	43.973	131.401	183.556
Certificado de depósito bancário.....	-	4.515	-	4.515
Quotas de fundos de investimentos abertos.....	-	8.182	131.401	179.040
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).....	679.609	16.645	651	696.905
Certificado de depósito bancário.....	7.304	-	651	7.955
Letras financeiras do tesouro.....	43.351	16.645	-	59.996
Letras do tesouro nacional.....	628.953	-	-	628.953

Ativos Financeiros/Rating	31/12/2024			31/12/2023		
	AAA	AA	A Sem rating	Total	Total	Total
Ao custo amortizado.....	-	-	70.741	70.741	550.703	550.703
Prêmios a receber de segurados.....	-	-	29.547	29.547	544.310	544.310
Operação com seguradoras.....	-	-	6	6	6	6
Operações com resseguradoras.....	-	-	41.188	41.188	6.387	6.387
Local.....	-	-	33.376	33.376	5.470	5.470
Admitida.....	-	-	5.272	5.272	855	855
Eventual.....	-	-	2.540	2.540	62	62
Outros créditos operacionais.....	-	-	8.747	8.747	21.279	21.279
Outros valores e bens.....	-	-	33.194	33.194	45.739	45.739
Caixa e equivalentes de caixa.....	-	-	1.657	1.657	1.552	1.552
Total do circulante e não circulante.....	679.609	24.827	44.624	245.740	994.800	1.934.082

Gestão de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo CNSP e SUSEP, além de otimizar os retornos sobre capital para os acionistas. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA), igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido	31/12/2024		31/12/2023	
	Total	Total	Total	Total
Deduções:				
Despesa antecipadas.....	-	(2.323)	-	(2.323)
Ativos intangíveis.....	(10.580)	(28.822)	(10.580)	(28.822)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG.....	(9.689)	(13.483)	(9.689)	(13.483)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos líquidos de impostos:				
Superávit fluxos não-registrados.....	810	-	810	-
(+) Superávit TAP.....	21.185	55.306	21.185	55.306
Patrimônio líquido ajustado (PLA).....	509.994	468.081	509.994	468.081
Nível 1.....	478.357	403.370	478.357	403.370
Nível 2.....	21.995	55.306	21.995	55.306
Nível 3.....	9.642	9.405	9.642	9.405
Capital mínimo requerido (a) CMR.....	146.602	379.495	146.602	379.495
Capital de risco de subscrição.....	122.890	344.478	122.890	344.478
Capital de risco de crédito.....	24.548	32.978	24.548	32.978
Correlação.....	(16.276)	(26.674)	(16.276)	(26.674)
Capital de risco operacional.....	7.393	12.988	7.393	12.988
Capital de risco de mercado.....	8.047	15.725	8.047	15.725
Capital mínimo requerido - CMR (maior entre (a) ou (b)).....	146.602	379.495	146.602	379.495
Excedente do Patrimônio líquido ajustado (PLA) em relação ao Capital mínimo requerido (CMR).....	363.392	88.586	363.392	88.586
Suficiência de capital (% da EC).....	247,88%	23,34%	247,88%	23,34%

Gestão de risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inatuação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Companhia entende que o monitoramento e gerenciamento deste risco devem ser executados por todas as áreas, e para isso investe em ferramentas de forma a ter condições de mensurar sua exposição ao risco operacional, por exemplo, através de uma base de dados de perdas operacionais conforme disposto na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações. Em conjunto com esse processo também utilizamos o resultado da avaliação da nossa estrutura de controles internos.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Composição por categoria:

Aplicação/categoria	Nível hierárquico	31/12/2024				31/12/2023			
		Valor do custo ajustado a valor justo	Valor justo	Valor contábil	% atualizado	Valor do custo ajustado a valor justo	Valor justo	Valor contábil	%
Certificado de depósito bancário	2	4.477	39	4.516	0,5%	403	-	403	0,0%
Quotas de fundos de investimento	2	179.040	-	179.040	20,3%	544.155	-	544.155	41,4%
Valor justo por meio do resultado (VJR)		183.517	39	183.556	20,8%	544.558	-	544.558	41,4%
Certificado de depósito bancário	2	7.954	2	7.956	0,9%	227	3	230	0,0%
Letras financeiras	2	59.942	54	59.996	6,8%	-	-	-	0,0%
Letras financeiras do tesouro.....	1	627.725	1.228	628.953	71,4%	769.081	940	770.021	58,6%
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).....		695.622	1.283	696.905	79,2%	769.308	943	770.251	58,6%
Total.....		879.139	1.322	880.461	100,0%	1.313.866	943	1.314.809	100,0%
Ativo circulante.....	</								

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS DO BRASIL S.A. (Em milhares de reais)

d. Prêmios a receber de segurados por segmento:

	31/12/2024	31/12/2023	Prazo de parcelamento médio
Automóvel	6.403	363.061	2 meses
Patrimonial	174	114.418	4 meses
Transportes	21	1.510	2 meses
Pessoas	22.867	55.720	2 meses
Responsabilidades	7	9.858	9 meses
Demais Ramos	2.710	2.328	2 meses
Subtotal	32.182	546.895	
(-) Redução ao valor recuperável	(2.635)	(2.585)	
Total	29.547	544.310	
Ativo Circulante	29.468	544.231	
Ativo Não Circulante	79	79	

7. ATIVOS DE RESSEGUROS E RETROCESSÃO

a. Ativos de resseguros - provisões técnicas:

Ramo	Ativos de resseguro - provisões técnicas											
	PPNG		PPNG-RVNE		PSL/PDR		IBNR		IBNER		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	
Automóvel	87	840	-	11	15.600	13.746	2.792	2.095	2.506	2.630	20.985	19.323
Habitacional	3	50	-	-	97	16	710	27	34	34	844	127
Patrimonial	1.500	22.306	-	14	11.231	16.495	1.544	1.746	1.768	2.443	16.043	43.003
Pessoas Coletivo	9	-	-	-	725	2.142	1.153	1.021	431	389	2.319	3.553
Pessoas Individual	4	-	-	-	1.214	155	160	188	110	87	1.488	429
Responsabilidades	-	-	-	2	1.145	349	53	92	1.085	1.049	2.282	1.492
Transportes	3	27	-	-	-	-	120	214	85	85	208	326
Total	1.606	23.223	-	27	30.012	32.902	6.531	5.383	6.020	6.717	44.169	68.252
Ativo Circulante											14.478	
Ativo Não Circulante											29.690	

b. Demonstração do percentual ressegurado:

Ramo	Prêmio emitidos líquidos de cosseguro cedido		Prêmios cedidos em resseguro líquido de recuperação de comissões		% ressegurado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Automóvel	95.375	869.676	4.393	3.587	5%
Patrimonial	56.208	354.373	12.354	27.731	22%	8%
Responsabilidades	5.050	29.027	(2)	(2)	0%	0%
Transportes	9	1.525	-	32	0%	2%
Pessoas Coletivo	143.587	116.311	3.838	(418)	3%	0%
Habitacional	32.729	18.906	358	(153)	1%	-1%
Pessoas Individual	11.329	25.127	900	(53)	8%	0%
Microseguros	1	(9)	-	-	0%	0%
Total	344.288	1.414.936	21.841	30.724	6%	2%

Discriminação por resseguradora dos prêmios cedidos em resseguro líquido de recuperação de comissões.

Ressegurador	Classe	Categoria de Risco (*)	Prêmio cedido		% cedido	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
			General Reinsurance AG	Admitida	AA+	17
Swiss Reinsurance America Corporation	Admitida	A+	2.084	42	10%	0%
Transatlantic Reinsurance Company	Admitida	A++	802	5.599	4%	18%
RGA Global Reinsurance Company, LTD.	Admitida	A1	-	(40)	0%	0%
Everest Reinsurance Company	Admitida	A+	248	-	1%	0%
Swiss Reinsurance Company	Admitida	A+	(216)	247	-1%	1%
LLOYD S	Admitida	A+	(187)	1.523	-1%	5%
Scor Reinsurance Company	Admitida	A+	114	1.959	1%	6%
Hannover Rück Se	Admitida	A+	1.418	110	6%	0%
Odyssey Reinsurance Company	Admitida	A+	77	-	0%	0%
Reaseguradora Patria S.A.	Eventual	BBB+	(128)	160	-1%	1%
LLOYD S	Eventual	AA-	-	35	0%	0%
Navigators Insurance Company	Eventual	A+	117	(114)	1%	0%
Odyssey Reinsurance Company	Eventual	A+	192	-	1%	0%
African Reinsurance Corporation	Eventual	A	(4)	1.386	0%	5%
Transatlantic Reinsurance Company	Eventual	A++	-	(578)	0%	-2%
Austral Resseguros Especiais S.A.	Local	Sem Rating	(1)	10	0%	0%
Swiss RE Brasil Resseguros S/A	Local	Sem Rating	1.548	3.269	7%	11%
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	Sem Rating	2.021	2.579	9%	8%
Austral Resseguradora S.A.	Local	Sem Rating	2.274	4.495	10%	15%
XL Resseguros Brasil S.A.	Local	Sem Rating	6	59	0%	0%
Mapfre RE do Brasil Companhia de Resseguros	Local	Sem Rating	5.330	3.088	24%	10%
Irb Brasil Resseguros S.A.	Local	Sem Rating	5.901	6.321	27%	21%
Scor Brasil Resseguros S.A.	Local	Sem Rating	30	110	0%	0%
Terra Brasis Resseguros S.A.	Local	Sem Rating	198	257	1%	1%
Total			21.841	30.724	37%	53%

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

8.1. Títulos e créditos a receber:

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Créditos a receber	7.477	33.309
Total	7.477	33.309

8.2. Créditos tributários e previdenciários:

a. Composição:

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Créditos de IRPJ/CSLL - s/ diferenças temporárias	9.919	9.405
Créditos de IRPJ/CSLL - a compensar	23.989	18.016
Créditos tributários de PIS e COFINS (1)	26.946	27.003
Total	60.854	54.424
Tributos Diferidos MTM	529	377
Ativo circulante	31.823	18.016
Ativo não circulante	29.031	36.408

(1) Créditos tributários sobre a provisão de sinistros a liquidar.

b. Diferenças temporárias para fins de imposto de renda e contribuição social:

Origem das diferenças temporárias	Base de cálculo	31/12/2024	Créditos tributários	Base de cálculo	31/12/2023	Créditos tributários
Provisões fiscais e encargos sociais	4.036	1.615	12.177	4.871		
Provisões operacionais	8.263	3.305	3.165	1.266		
Provisões para redução ao valor recuperável	11.805	4.722	7.745	3.098		
Outros créditos tributários	692	277	424	170		
Total	24.796	9.919	23.511	9.405		

c. Movimentação de créditos tributários sobre as diferenças temporárias:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	9.405	-
Constituições	6.003	10.174
Reversões/Realizações	(5.489)	(769)
Saldo no final do exercício	9.919	9.405

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias:

A Companhia estima que o prazo de realização dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias se dará da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Entre 1 e 2 anos	8.304	4.364
Acima de 2 anos	1.615	5.041
Total	9.919	9.405

9. OUTROS VALORES E BENS

a. Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Bens à venda	29.903	39.498
Salvados à venda (9.b)	21.174	26.631
Outros valores	8.729	12.867
Outros valores	3.291	6.241
Almoxarifado	-	392
Ativos de direito de uso (9. d)	3.291	5.849
Total	33.194	45.739
Circulante	29.903	39.890
Não Circulante	3.291	5.849

b. Movimentação de salvados:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	26.631	-
Adições e mudanças no valor provisionado	102.717	167.398
Baixas por venda	(108.174)	(140.767)
Saldo no final do exercício	21.174	26.631

c. Composição dos ativos e passivos de arrendamento:

	31/12/2024			31/12/2023				
	Ativos de direito de uso		Passivos de arrendamento	Ativos de direito de uso		Passivos de arrendamento		
	Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total		
Imóveis	5.462	(2.171)	3.291	3.282	6.277	(1.172)	5.105	5.341
Veículos	-	-	-	-	1.346	(602)	744	829
Total	5.462	(2.171)	3.291	3.282	7.623	(1.774)	5.849	6.170

d. Movimentação dos ativos e passivos de arrendamentos:

	Ativos de direito de uso			Passivos de arrendamento		
	Imóveis	Veículos	Total	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.105	744	5.849	5.341	829	6.170
Remensurações e adições	(822)	(401)	(1.223)	(1.302)	(486)	(1.788)
Depreciação	(992)	(343)	(1.335)	(1.291)	(404)	(1.695)
Juros apropriados	-	-	-	535	61	596
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.291	-	3.291	3.282	-	3.282

e. Passivos de arrendamento por vencimento:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imóveis	Total	Imóveis	Total
até 1 ano	764	764	865	471
de 1 até 3 anos	1.257	1.257	1.830	358
acima de 3 até 5 anos	1.054	1.054	2.646	-
acima de 5 anos	207	207	-	-
Total	3.282	3.282	5.341	829

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

a. Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Automóvel	1.888	102.789
Patrimonial	1.172	66.818
Transportes	-	364
Responsabilidades	90	4.923
Pessoas	144.023	175.750
Demais	26	1
Total	147.199	350.645
Ativo circulante	47.370	231.416
Ativo não circulante	99.829	119.229

Os custos de aquisição são compostos por comissões e vistorias prévias relativos a comercialização de planos de seguros.

Os critérios de diferimento estão descritos na nota 3.15 e o prazo médio de apropriação é de 9 meses.

b. Movimentação:

Saldo no início do exercício	350.645
Constituições	137.561
Diferimento	(341.007)
Saldo no final do exercício	147.199
Ativo circulante	47.370
Ativo não circulante	99.829

11. ATIVO IMOBILIZADO

a. Composição e movimentação do imobilizado:

Composição	31/12/2023	Baixas	Depreciação	31/12/2024	Custo	Depreciação	% depreciação a.a.
Equipamentos	554	(1)	(174)	380	2.796	(2.416)	20
Móveis, máquinas e utensílios	358	(39)	(62)	258	632	(374)	10
Refrigeração	219	-	(34)	186	338	(152)	10
Total de bens móveis	1.132	(40)	(269)	823	3.766	(2.943)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.078	(272)	(356)	1.450	3.152	(1.702)	20
Telecomunicações	181	-	(29)	152	329	(177)	10
Total de outras imobilizações	2.259	(272)	(385)	1.601	3.481	(1.879)	
Total	3.391	(312)	(654)	2.425	7.247	(4.822)	

12. INTANGÍVEL

a. Composição e movimentação do intangível:

Composição	31/12/2023	Baixas	Despesas de amortização	31/12/2024	Custo	Amortização acumulada	% amortização a.a.
Outros intangíveis	28.822	(9.124)	(9.118)				

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS DO BRASIL S.A. (Em milhares de reais)

	Provisão de despesas relacionadas	
	31/12/2024	31/12/2023
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	21.935	20.243
Patrimonial	11.730	9.189
Responsabilidades	1.227	1.003
Transportes	778	729
Habitacional	107	85
Pessoas	5.072	4.702
Total	40.849	35.950

	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	
	31/12/2024	31/12/2023
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	29.521	27.064
Patrimonial	7.322	7.563
Responsabilidades	4.293	4.362
Transportes	918	848
Habitacional	2.145	1.448
Pessoas	25.527	24.475
Total	69.727	65.760

	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER	
	31/12/2024	31/12/2023
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	71.949	69.443
Patrimonial	17.900	16.132
Responsabilidades	3.874	2.789
Transportes	1.969	1.883
Habitacional	242	208
Pessoas	17.823	17.282
Total	113.756	107.737

	Outras provisões	
	31/12/2024	31/12/2023
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	4.323	4.321
Patrimonial	1.353	1.353
Habitacional	1	1
Total	5.677	5.675

	PPNG	PSL	PDR	IBNR	IBNER	Outras Provisões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.133.664	353.700	56.791	85.681	129.554	8.341	1.767.732
Constituição de provisões	-	-	282	5.221	491	-	5.995
Reversão de provisões	(910.768)	-	(16.225)	(21.175)	(16.289)	(2.666)	(967.122)
Sinistros avisados	-	714.728	-	-	-	-	714.728
Indenizações e despesas de sinistros pagos	-	(879.183)	-	-	-	-	(879.183)
Reversão da estimativa de salvados e ressarcidos	-	10.167	-	-	-	-	10.167
Atualização monetária e juros	-	29.841	-	-	-	-	29.841
Saldo em 31 de dezembro de 2024	222.897	229.253	40.849	69.727	113.756	5.675	682.157
Passivo circulante							377.138
Passivo não circulante							305.019

d. Garantia das provisões técnicas: De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões técnicas	682.158	1.767.731
Ativos de resseguros redutores de:		
Provisão de prêmios não ganhos		(1.336)
Provisão de sinistros a liquidar		(27.677)
Provisão de despesas relacionadas		(4.899)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(3.967)
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados		(6.020)
Direitos creditórios		(11.525)
Custos de aquisição diferidos redutores		(131.192)
Depósitos judiciais redutores		(3.173)
Total a ser coberto (a)	492.369	1.012.881
Bens vinculados oferecidos para cobertura (b)		526.155
Ativos livres*		354.306
Aplicações financeiras (nota 5. a)	880.461	1.314.809
Excedente (b-a)	33.786	71.464

*Ativos livres não compõe o total de excedente

e. Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o desenvolvimento das reavaliações estimadas dos sinistros já avisados ao longo dos anos até a sua liquidação em relação à sua estimativa inicial. A tabela de estimativas de sinistros demonstra na primeira linha o valor da estimativa inicial, registrada na provisão de sinistros a liquidar, e nas linhas subsequentes os valores das reavaliações re-estimadas ao longo dos anos. A tabela de pagamentos de sinistros demonstra os montantes liquidados em cada momento desde o registro da estimativa inicial na Companhia.

	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de sinistros a liquidar	343.010	309.313
IBNER (1)	(113.756)	(107.737)
Provisão de Sinistros a Liquidar (nota 15.a)	229.254	201.576
(+) Estimativa de Salvados	12.362	12.362
Outras estimativas (2)	5.048	9.683
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	246.664	223.622

(1) O montante de outras estimativas (1) na tabela acima refere-se aos valores relativos à retrocessão, oscilação cambial e cheques não compensados; (2) Foram desconsiderados dos dados 9 sinistros considerados large losses que possuem baixa frequência e alta severidade, além de serem integralmente ressegurados.

Ano de Cadastro	Sinistros avisados brutos de resseguro - administrativos								Total	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
No final do ano de ocorrência	-	-	-	-	-	-	-	729.721	657.364	1.387.085
Após um ano	-	-	-	-	-	-	54.422	1.002.957	-	1.057.379
Após dois anos	-	-	-	-	-	6.911	68.139	-	-	75.050
Após três anos	-	-	-	1.703	14.296	-	-	-	-	15.999
Após quatro anos	-	-	-	-	1.084	3.134	-	-	-	4.218
Após cinco anos	-	-	-	393	1.894	-	-	-	-	2.287
Após seis anos	-	-	153	1.114	-	-	-	-	-	1.267
Após sete anos	-	306	503	-	-	-	-	-	-	809
Após oito anos	40	618	-	-	-	-	-	-	-	658
Após nove anos	703	-	-	-	-	-	-	-	-	703

Ano de Cadastro	Sinistros avisados brutos de resseguro - judiciais								Total	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
No final do ano de ocorrência	-	-	-	-	-	-	-	-	1.328	2.477
Após um ano	-	-	-	-	-	-	-	4.020	13.743	17.763
Após dois anos	-	-	-	-	-	-	4.149	23.442	-	27.591
Após três anos	-	-	-	-	-	4.573	27.919	-	-	32.492
Após quatro anos	-	-	-	-	7.321	25.244	-	-	-	32.565
Após cinco anos	-	-	-	3.605	23.049	-	-	-	-	26.654
Após seis anos	-	-	7.762	16.223	-	-	-	-	-	23.985
Após sete anos	-	1.884	28.588	-	-	-	-	-	-	30.472
Após oito anos	2.132	21.282	-	-	-	-	-	-	-	23.414
Após nove anos	9.954	-	-	-	-	-	-	-	-	9.954

Ano de Cadastro	Sinistros avisados líquidos de resseguro - administrativos								Total	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
No final do ano de ocorrência	-	-	-	-	-	-	-	723.868	650.512	1.374.380
Após um ano	-	-	-	-	-	-	53.362	989.826	-	1.043.188
Após dois anos	-	-	-	-	-	6.440	66.670	-	-	73.110
Após três anos	-	-	-	-	-	1.399	13.554	-	-	14.953
Após quatro anos	-	-	-	5.987	2.442	-	-	-	-	8.429
Após cinco anos	-	-	393	1.552	-	-	-	-	-	1.945
Após seis anos	-	-	132	1.101	-	-	-	-	-	1.233
Após sete anos	-	191	463	-	-	-	-	-	-	654
Após oito anos	36	501	-	-	-	-	-	-	-	537
Após nove anos	670	-	-	-	-	-	-	-	-	670

Ano de Cadastro	Sinistros avisados líquidos de resseguro - judiciais								Total	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
No final do ano de ocorrência	-	-	-	-	-	-	-	-	1.328	2.477
Após um ano	-	-	-	-	-	-	-	4.020	13.743	17.763
Após dois anos	-	-	-	-	-	-	4.149	23.442	-	27.591
Após três anos	-	-	-	-	-	4.573	27.919	-	-	32.492
Após quatro anos	-	-	-	-	7.321	25.244	-	-	-	32.565
Após cinco anos	-	-	-	3.605	23.049	-	-	-	-	26.654
Após seis anos	-	-	7.762	16.223	-	-	-	-	-	23.985
Após sete anos	-	1.884	28.588	-	-	-	-	-	-	30.472
Após oito anos	2.132	21.282	-	-	-	-	-	-	-	23.414
Após nove anos	9.954	-	-	-	-	-	-	-	-	9.954

Ano de Cadastro	Sinistros avisados líquidos de resseguro - administrativos								Total	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
No final do ano de ocorrência	-	-	-	-	-	-	-	723.868	650.512	1.374.380
Após um ano	-	-	-	-	-	-	53.362	989.826	-	1.043.188
Após dois anos	-	-	-	-	-	6.440	66.670	-	-	73.110
Após três anos	-	-	-	-	-	1.399	13.554	-	-	14.953
Após quatro anos	-	-	-	5.987	2.442	-	-	-	-	8.429
Após cinco anos	-	-	393	1.552	-	-	-	-	-	1.945
Após seis anos	-	-	132	1.101	-	-	-	-	-	1.233
Após sete anos	-	191	463	-	-	-	-	-	-	654
Após oito anos	36	501	-	-	-	-	-	-	-	537
Após nove anos	670	-	-	-	-	-	-	-	-	670

Ano de Cadastro	Sinistros avisados líquidos de resseguro - judiciais								Total	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
No final do ano de ocorrência	-	-	-	-	-	-	-	-	1.328	2.477
Após um ano	-	-	-	-	-	-	-	4.020	13.743	17.763
Após dois anos	-	-	-	-	-	-	4.149	23.442	-	27.591
Após três anos	-	-	-	-	-	4.573	27.919	-	-	32.492
Após quatro anos	-	-	-	-	7.321	25.244	-	-	-	32.565
Após cinco anos	-	-	-	3.605	23.049	-	-	-	-	26.654
Após seis anos	-	-	7.762	16.223	-	-	-	-	-	23.985
Após sete anos	-	1.884	28.588	-	-	-	-	-	-	30.472
Após oito anos	2.132	21.282	-	-	-	-	-	-	-	23.414
Após nove anos	9.954	-	-	-	-	-	-	-	-	9.954

Ano de Cadastro	Sinistros avisados líquidos de resseguro - administrativos								Total	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
No final do ano de ocorrência	-	-	-	-	-	-	-	723.868	650.512	1.374.380
Após um ano	-	-	-	-	-	-	53.362	989.826	-	1.043.188
Após dois anos	-	-	-	-	-	6.440	66.670	-	-	73.110
Após três anos	-	-	-	-	-	1.399	13.554	-	-	14.953
Após quatro anos	-	-	-	5.987	2.442	-	-	-	-	8.429
Após cinco anos	-	-	393	1.552	-	-	-	-	-	1.945
Após seis anos	-	-	132	1.101	-	-	-	-	-	1.233
Após sete anos	-	191	463	-	-	-	-	-	-	654
Após oito anos	36	501	-	-	-	-	-	-	-	537
Após nove anos	670	-	-	-	-	-	-	-	-	670

Ano de Cadastro	Sinistros avisados líquidos de resseguro - judiciais								Total
	2015	2016							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS DO BRASIL S.A. (Em milhares de reais)

19.7. Despesas operacionais:
19.7.1 Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal próprio	80.152	130.388
Serviços de terceiros	32.925	59.720
Localização e funcionamento	52.724	8.747
Publicidade e propaganda	4.816	1.700
Contribuições e donativos	250	17
Outras despesas administrativas	45	9.649
Total	170.911	210.221
19.7.2 Despesas com tributos		
	31/12/2024	31/12/2023
Impostos federais	67	-
PIS e COFINS	32.842	40.617
Taxa de fiscalização	3.854	-
Contribuição sindical	153	366
Outras despesas	424	(3.406)
Total	37.340	37.577

19.8. Resultado financeiro:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras.....	126.539	128.117
Rendimento financeiro - Valor justo por meio do resultado (VJR)(vide nota 5. b)	-	26.998
Rendimento financeiro (vide nota 5. b)	114.602	82.815
Operações de seguros	9.030	11.932
Outras receitas financeiras.....	2.907	6.372
Despesas financeiras	(59.054)	(30.491)
Instrumentos financeiros	(391)	(244)
Operações de seguros	(57.978)	(27.786)
Tarifas bancárias.....	-	(215)
Outras despesas financeiras.....	(686)	(2.246)
Total de resultado financeiro	67.484	97.626

19.9. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos impostos e participações	83.575	(12.970)	83.575	(12.970)
Participações sobre o lucro	831	(3.995)	831	(3.995)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	84.406	(16.965)	84.406	(16.965)
Adições e exclusões temporárias	1.283	17.016	1.283	17.016
Adições e exclusões permanentes	377	626	377	626
Resultado fiscal do exercício.....	86.066	677	86.066	677
Tributos calculados pelas alíquotas nominais (nota 3.10)	(21.492)	(149)	(21.910)	(101)
Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias.....	321	4.254	193	2.552
Incentivos fiscais.....	160	95	-	-
Resultado fiscal do exercício (1)	(21.011)	4.200	(12.717)	2.451

(1) A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é de 40,36% (51,29% em 2023)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilm Langenbach - Presidente
Nicolas Masjuan - Vice-Presidente
Maximiliano Javier Casas Sanchez

DIRETORIA

Eduardo Stefanello Dal Ri - CEO
Reinaldo Amorim Lopes - CFO
Rafael de Gouveia Ramalho - Vice-Presidente Técnico de Automóvel
Igor Di Beo - Vice-Presidente Técnico Demais Ramos
Karen Ferraz de Aguiar Schiavon - Diretora Vice-Presidente de Controles Internos
Marcos Machini - Diretor Vice-Presidente Comercial

Rogério do Nascimento
Contador
CRC 1SP259014/O-4

Mirela Barboza Pontes
Atuário Responsável Técnico
MIBA 1916

COMITÊ DE AUDITORIA

Maria Salete Garcia Pinheiro

Nicolas Masjuan

Maximiliano Javier Casas Sanchez

O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 da HDI Seguros S.A..

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

HDI Seguros do Brasil S.A.

São Paulo - SP

CNPJ: 49.786.401/0001-08

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da HDI Seguros do Brasil S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do

atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da HDI Seguros do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS,
CIBA 57 - CNPJ 03.801.998/0001 - 11
Anderson Gomes Ferreira da Silva
Atuário - MIBA 2.043

Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP
Corporate Tower Torre Norte andar 6 conj 61,
Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

HDI Seguros do Brasil S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da HDI Seguros do Brasil S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração das Provisões Técnicas (Notas 3.7, 3.8 e 16)

A Seguradora possui passivos relacionados a contratos de seguros denominados Provisões Técnicas, dentre elas destacamos a Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG), Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR), Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e Ajuste para Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR), bem como efetua testes para avaliar a suficiência das mesmas, por meio do Teste de Adequação de Passivos (TAP). O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas quanto ao desenvolvimento dos prêmios emitidos, sinistros ocorridos e pagos, e taxa de desconto. Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas destas provisões poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos o entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro contábil das provisões técnicas pela administração. Em conjunto com nossos especialistas na área atuarial, efetuamos, entre outros procedimentos, a avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração das provisões técnicas e do Teste de Adequação de Passivos (TAP), tais como a seleção de fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto, e comparamos, quando aplicável, com as premissas utilizadas pelo mercado e/ou com os dados históricos da Seguradora. Nossos procedimentos incluíram também a confirmação de que as metodologias foram implementadas substancialmente, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para as provisões de PPNG, IBNR, PSL e IBNeR. Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras quanto as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso

20. PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, as seguintes empresas do grupo: HDI Seguros S.A., Fácil Assist Serviços de Assistência 24 horas Ltda. e Hannover Rückversicherung A.G., conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. (a) Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir.

	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
HDI Seguros S.A. (i)	-	2.149	-	-	(58.608)	-
Fácil Assist Serviços de Assistência 24 horas Ltda. (ii)	-	1.728	-	1.895	(17.451)	-
Transações de resseguro:						
Hannover Rückversicherung AG (iii).....	3.143	4.122	3.080	4.731	6.850	5.104

i) Refere-se ao rateio de despesas administrativas entre HDI Seguros do Brasil S.A. e HDI Seguros S.A.; ii) Refere-se à transações de despesas administrativas e ao fornecimento de serviço de assistência 24 horas; e, iii) Refere-se à transações de resseguro entre empresas do Grupo HDI. **(b) Outras informações:** Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: - Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; - Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Seguradora, quaisquer diretores ou administradores da própria Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos para qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Abaixo, estão discriminados os benefícios que a Seguradora proporciona a seus empregados. Esses benefícios são alocados em despesa com pessoal, no grupo de despesas administrativas. A Seguradora não concede benefícios pós-emprego. **(a) Plano de previdência privada complementar:** A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). As contribuições aportadas ao plano somaram R\$ 279. **(b) Plano de assistência médica:** A Seguradora proporciona aos seus empregados e dependentes plano de assistência médica. Os prêmios são pagos na modalidade de pré-pagamento, com coberturas hospitalares e ambulatoriais. As contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 4.814. **(c) Seguro de Vida:** A Seguradora proporciona seguro de vida aos seus empregados. As contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 57.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em conformidade com a Carta Homologatória Eletrônica nº 21/2024/DIORE/SUSEP recebida em 06 de janeiro de 2025, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu a aprovação prévia para a incorporação da HDI Seguros do Brasil S.A. pela HDI Seguros S.A., conforme solicitado no processo nº 15414.647608/2024-93. A incorporação, que será efetivada em 1º de março de 2025, representa um marco significativo na consolidação das operações da HDI Seguros S.A., promovendo maior eficiência operacional e alinhamento estratégico. Esse processo envolve a transferência integral do patrimônio da HDI Seguros do Brasil S.A. para a HDI Seguros S.A., garantindo continuidade operacional e cumprimento das exigências regulatórias.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>